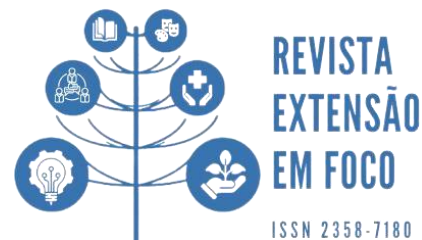


Famílias de crianças e adolescentes institucionalizados: Ações educativas como medidas essenciais



Families of institutionalized children and adolescents: educational actions as essential measures

Elaine Cristina Dias Franco¹, Edilene Aparecida Araújo da Silva², Giovanna Moura e Oliveira³, Leticia Dutra Moreira Mendes⁴, Oldair Jonnes Ribeiro⁵, Osiel Ferreira Antunes⁶

RESUMO

A institucionalização configura-se como medida protetiva, de caráter excepcional e transitório, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. Durante a institucionalização as necessidades sociais, emocionais, psíquicas, culturais inerentes à infância e a adolescência devem ser atendidas. Portanto, o direito à convivência familiar e comunitária também ser incentivado, até que a criança e o adolescente possam ser reintegrados à sua família. Simultaneamente devem ocorrer intervenções com as famílias com a finalidade de torná-las aptas a reintegração familiar. Busca-se com este estudo descrever as intervenções desenvolvidas com famílias acompanhadas pelo Programa ACONCHEGO. Trata-se de um relato de experiência descritivo e analítico, sustentado na análise documental dos diários de campo produzidos pela equipe de extensão no desenvolvimento de intervenções com as famílias acompanhadas pelo Programa de extensão ACONCHEGO. Foram selecionadas três intervenções realizadas durante as visitas domiciliares em 2021, 2022 e 2023. A partir da aproximação com as famílias foram realizadas ações educativas, por meio de orientação, instrução e material educativo tipo folder. Por fim, conclui-se que a oferta de visitas domiciliares juntamente com ações educativas com temas específicos para o contexto familiar permitem a possibilidade de reestruturar a família de crianças e adolescentes institucionalizados para reintegrá-los no contexto familiar, estabelecendo laços de confiança. É essencial o acompanhamento familiar juntamente com as ações educativas, oferecendo uma assistência humanizada e integral, visando o bem-estar biopsicossocial e reintegração do relacionamento familiar, por meio de ações voltadas para o contexto de cada uma.

Palavras-chave: Criança institucionalizada; Adolescente institucionalizado; Família; Defesa da Criança e do Adolescente.

¹ Doutora em Enfermagem. Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Divinópolis, Minas Gerais, Brasil. E-mail: elainefranco1@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8744-7726>.

² Doutora em Enfermagem Psiquiátrica. Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Divinópolis, Minas Gerais, Brasil. E-mail: edileneap@ufsj.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7378-2240>.

³ Acadêmica em Enfermagem. Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Divinópolis, Minas Gerais, Brasil. E-mail: giovanninhalp@aluno.ufsj.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1200-2674>.

⁴ Acadêmica em Enfermagem. Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Divinópolis, Minas Gerais, Brasil. E-mail: leticiamoreiram@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7630-528X>.

⁵ Acadêmico em Enfermagem. Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Divinópolis, Minas Gerais, Brasil. E-mail: oldairjonnestsrf@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-8880-8677>.

⁶ Enfermeiro. Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Divinópolis, Minas Gerais, Brasil. E-mail: osielantunes@outlook.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4025-8079>.

ABSTRACT

Institutionalization is configured as a protective measure, of an exceptional and transitory nature, provided for in the Child and Adolescent Statute. During institutionalization, the social, emotional, psychological and cultural needs inherent to childhood and adolescence must be met. Therefore, the right to family and community coexistence must also be encouraged, until the child and adolescent can be reintegrated into their family. At the same time, interventions must occur with families with the aim of making them ready for family reintegration. This study seeks to describe the interventions developed with families monitored by the ACONCHEGO Program. This is a descriptive and analytical experience report, supported by the documentary analysis of field diaries produced by the extension team in the development of interventions with families monitored by the ACONCHEGO extension program. Three interventions carried out during home visits in 2021, 2022 and 2023 were selected. From the approach with families, educational actions were carried out, through guidance, instruction and folder-type educational material. Finally, it is concluded that the provision of home visits together with educational actions with themes specific to the family context allow for the possibility of restructuring the families of institutionalized children and adolescents to reintegrate them into the family context, establishing bonds of trust. Family support is essential along with educational actions, offering humanized and comprehensive assistance, aiming at biopsychosocial well-being and reintegration of family relationships, through actions focused on each family's context.

Keywords: Institutionalized child; Institutionalized adolescent; Family; Defense of Children and Adolescents.

INTRODUÇÃO

Na década de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representou mudanças significativas na assistência a crianças e adolescentes ao prever a institucionalização, enquanto medida provisória e excepcional, como forma de transição para a reintegração familiar ou integração em família substituta (BRASIL, 1990; ACIOLI et al, 2019).

A institucionalização configura-se como a sétima medida protetiva à criança e ao adolescente prevista no ECA. Como medida protetiva, as casas de acolhimento são consideradas como um ambiente que, de forma transitória e em substituição ao domicílio familiar, deve fornecer condições adequadas para o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial das crianças e adolescentes considerando suas necessidades sociais, emocionais e psíquicas associadas à oferta de cuidados que potencializem a qualidade de vida dessas crianças e adolescentes (FRANCO; CARDOSO, 2021). Crianças e adolescentes em acolhimento institucional trazem em suas histórias, vivências anteriores cercadas de diversas vulnerabilidades sociais e violações de seus direitos como indivíduos

em condições peculiares de desenvolvimento (BRASIL, 1990; ROCHA; AMARAL; FARIA, 2021).

Diante do caráter excepcional e transitório do acolhimento institucional, no decorrer da institucionalização deve-se garantir a convivência familiar e comunitária às crianças e adolescentes. De forma simultânea, também deve ser dada à família biológica e/ou extensa condições para que sejam restabelecidas as condições adequadas de convivência, autonomia e segurança para que a criança e/ou adolescente possa retornar à sua casa (ACIOLI et al, 2019; BERNARDI, 2020; BRASIL, 2009). De acordo com o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), até o dia 15 de março de 2023, havia aproximadamente 3.522 crianças acolhidas em 566 instituições em Minas Gerais. Além disso, o SNA mostra que desde 2020, 3.607 crianças foram reintegradas nas suas famílias de origem (BRASIL, 2023).

A família é o lugar onde se ouvem as primeiras falas com as quais se constrói a autoimagem e a imagem do mundo exterior. É onde se aprende a falar e, por meio da linguagem, a ordenar e dar sentido às experiências vividas (PATIAS, 2017). A família, seja como for composta, vivida e organizada, é o filtro por meio do qual se começa a ver e a significar o mundo (COSTA, 2019). Este processo que se inicia ao nascer prolonga-se ao longo de toda a vida, a partir de diferentes lugares que se ocupam na família (WRIGHT, 2015). Neste contexto da institucionalização é possível inferir que o afastamento do convívio familiar prolongado pode oferecer riscos ao desenvolvimento na infância e adolescência (ZAPP; YUNES; DELL'AGLIO, 2016).

Para as crianças, a separação da família e a inserção em instituições, podem afetar seu desenvolvimento e crescimento, principalmente se isso ocorrer nos três primeiros anos de vida, pois é nessa fase que a criança adquire as principais habilidades cognitivas e sociais (ACIOLI et al, 2019). No que tange aos adolescentes a privação do convívio familiar e a institucionalização podem ocasionar a dificuldade em estabelecer ou romper vínculos presentes e futuros que o adolescente poderá constituir. Especialistas relatam que crianças e adolescentes em acolhimento institucional geralmente possuem uma visão negativa de si mesmas, o que dificulta as relações sociais (ACIOLI et al, 2019; VALIN; ROCHA, 2022).

Estudos que versam acerca do crescimento e desenvolvimento infantojuvenil consideram que a inserção em um contexto familiar saudável se apresenta como um elemento crucial para qualidade de vida e de desenvolvimento de crianças e adolescentes (SILVEIRA et al, 2020; SILVA; COSTA; NASCIMENTO, 2019). Desse modo, é evidente a importância de estabelecer mecanismos de acompanhamento das famílias, cujos filhos estejam em acolhimento institucional, com a finalidade de promover a criação de espaços familiares saudáveis e adequados para a reintegração dos infantes e jovens.

Considerando as particularidades que envolvem o acolhimento institucional a partir das subjetividades das crianças, adolescentes e de suas famílias, no cotidiano do Programa de Extensão ACOLHER a cada dia ficava mais evidente a necessidade de (re)conhecer e compreender os “modos de vida” das famílias biológicas e/ou extensas. Para atender a essa necessidade e fortalecer as ações nas Casas de Acolhimento foi implantado em 2021 o Programa de Extensão ACONCHEGO que tem como finalidade favorecer o empoderamento das famílias de crianças e adolescentes institucionalizadas nas casas de acolhimento do município de Divinópolis/MG. Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo: descrever as intervenções desenvolvidas com famílias acompanhadas pelo Programa ACONCHEGO.

MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência de abordagem descritiva e analítica. A escolha do relato de experiência encontra sustentação no entendimento de que como expressão escrita de vivências provenientes das ações extensionistas, esta modalidade de produção científica mostra-se como um dispositivo oportuno para a produção e troca de diferentes saberes e intervenções (MUSSI; FLORES; ALMEIDA, 2021; SOARES, 2019). Descrever as vivências de visitas e intervenções familiares experimentadas no cotidiano do Programa ACONCHEGO possibilita compreender o contexto socioeconômico e cultural, no qual estão inseridos estas famílias, crianças e adolescentes e, que por vezes são determinantes nas condições de saúde e perspectivas futuras de inúmeras famílias brasileiras.

Para a elaboração do relato experiência, os autores, baseados em seus diários de campo, descreveram o desenvolvimento de intervenções no contexto das famílias acompanhadas pelo Programa de extensão ACONCHEGO. As intervenções foram elaboradas pela equipe do programa de extensão juntamente com a equipe técnica das Casas de Acolhimento com o apoio da Vara da Infância e Juventude visando proporcionar uma assistência biopsicossocial para a demanda específica de cada família.

Para o acompanhamento da família adota-se como dispositivo a visita domiciliar. Como uma possibilidade de compreender o contexto familiar, a visita domiciliar configura-se como um dispositivo de interação social e avaliação das condições familiares. Caracterizada por utilizar uma tecnologia leve, a visita domiciliar permite o cuidado à saúde de forma integral com características humanas e acolhedoras, estabelecendo laços de confiança entre as partes (ANDRADE, 2014).

O Programa de extensão ACONCHEGO, durante suas visitas domiciliares, adota como referenciais teóricos o Modelo de Calgary de avaliação e intervenção familiar e a educação problematizadora de Paulo Freire. Ao adotar esses referenciais, dar-se-á aos integrantes familiares a oportunidade de participar de forma ativa, crítica e questionadora, sendo agentes de sua transformação, por meio de uma educação dialógica. Na educação

dialógica há o compartilhamento de vivências, experiências e conhecimentos em um ambiente propício à escuta, participação e o diálogo horizontal, onde todos os participantes aprendem e ensinam (CECÍLIO, 2014; WRIGHT; LAEHEY, 2015).

Para a construção deste estudo foram selecionadas três intervenções realizadas durante as visitas domiciliares em residências de famílias com crianças e/ou adolescentes institucionalizados que foram acompanhadas nos anos de 2021, 2022 e 2023. Trazer para o debate algumas das tantas cenas que preenchem o cotidiano do Programa ACONCHEGO parece uma possível forma de colocar em perceptiva as práticas, lentes e estratégias traçadas para lidar com o cotidiano das famílias em acompanhamento pelo programa. Assim, as cenas apresentam-se como um relato atravessado por afetações ético-políticas, por relações históricas e por expectativas e preocupações por parte de quem as relata.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em seu percurso de implantação e execução a equipe do Programa de Extensão, o ACONCHEGO, vem desenvolvendo e fortalecendo parcerias com as Instituições de Acolhimento e a Vara da Infância e Juventude que são fundamentais para sua jornada. No que tange ao Programa ACONCHEGO diante das fragilidades e potencialidades que essas famílias apresentam ou possam apresentar, a visita domiciliar, como um dispositivo de acompanhamento e avaliação familiar, caracteriza-se como uma intervenção com potência para (re)significação e transformação do cotidiano familiar, à luz do cuidado integral em saúde, abordando o singular, atípico e desafiador para cada família e cada ser integrante. Torna-se assim um momento oportuno e propositivo para buscar melhorias nas condições e da qualidade de vida das pessoas pelo exercício da escuta e do apoio integral, compromisso e valorização do agir individual e do coletivo (MAHMUD et al., 2018).

Durante as Visitas Domiciliares são realizadas as intervenções com as famílias. São atividades com finalidades específicas dirigidas aos pais e/ou demais familiares e que permitem a promoção de condições favoráveis à reinserção familiar da criança ou do adolescente que, atualmente, faz da Casa de Acolhimento seu local de moradia. Nesse sentido, o tema desenvolvido emerge das sucessivas visitas domiciliares e de reuniões para a discussão dos casos com as equipes técnicas das Casas de Acolhimento, favorecendo a visão ampliada do contexto familiar e a proposição de intervenções que possam de fato favorecer a (re)adaptação familiar para futuramente, diante de circunstâncias favoráveis, receber a criança ou o adolescente em sua casa.

Além do mais, a vida das famílias e as práticas profissionais, estão inseridas em um tempo-espço que as contingenciam a determinadas condições de vida e de cuidado. Ambas, relações familiares e profissionais estão sujeitas a distintos tempos de

intervenção, recursos econômicos e políticos, espacialidades e territorialidades que as colocam em maiores ou menores condições de vulnerabilidade (FARIA, 2022). Por isso, em muitos casos, é preciso acompanhar, às vezes insistir, às vezes acolher a família na sua impossibilidade de cuidar da criança ou do adolescente naquele momento, ao mesmo tempo em que se busca estabelecer uma relação através da qual seja possível potencializá-la para o cuidado (RODRIGUES, 2013).

A proposição de intervenções efetivas e congruentes com as singularidades de cada família exige a análise do emaranhado de atravessamentos, (des)afetos e subjetividades que engendram as formas de vida e de trabalho nas/das famílias.

Para a sustentação das visitas domiciliares adota-se o Modelo Calgary de Avaliação Familiar (MCAF) proposto por WRIGHT e LAEHEY (2015). O MCAF é estruturado a partir de três eixos principais, referentes à estrutura, desenvolvimento e funcionalidade da família, permitindo a identificação do contexto de estruturação e funcionamento da dinâmica familiar (COSTA et al, 2019; WRIGHT; LAEHEY, 2015).

O Modelo Calgary é aplicado a partir do uso de duas ferramentas de identificação e avaliação da conjuntura familiar que são o Genograma e o Ecomapa. Por meio do genograma o profissional identifica as fragilidades, vulnerabilidades, patologias e funcionalidades presentes no contexto familiar. De forma complementar, o Ecomapa corresponde a um diagrama das relações psicossociais que a família apresenta com a comunidade e entre seus membros, permitindo que sejam reconhecidas as relações interpessoais e os seus significados no contexto intra e extrafamiliar (FRANCO et al, 2021; CAMILO et al, 2021).

E por fim, juntamente com o Modelo de Calgary, a educação problematizadora fundamentada em Paulo Freire fundamenta as práticas vivenciadas no cotidiano do ACONCHEGO. O conhecimento prévio por parte daqueles que recebem a educação é essencial para que ocorra a problematização e, através dela, a construção de novos conhecimentos. Assim, nos Círculos de Cultura aqueles que recebem a educação são constantemente desafiados a problematizar e refletir acerca de possíveis situações vivenciadas em seu contexto (DALSSOTTO, 2019).

Nesse interim, a partir da aproximação com as famílias acompanhadas pelo Programa ACONCHEGO e as vivências compartilhadas com as Instituições de Acolhimento e com a Vara da Infância e Juventude foram desenvolvidas ações educativas por meio de materiais educativos e orientações, no ambiente domiciliar de três famílias.

- **Família I – Família Tulipa**

A família I aqui denominada de Família Tulipa é composta pela mãe, pai e três filhos que estavam à época da visita domiciliar em condição de acolhimento institucional. O acolhimento institucional ocorreu por intermédio do conselho tutelar que ao fazer a verificação in loco de denúncia constatou a violação dos direitos da criança e das adolescentes caracterizados como abandono e negligência que culminaram em insegurança alimentar, cuidados básicos e assistência à saúde comprometidos, evasão escolar e gravidez na adolescência. Considerando a Classificação de Risco Familiar, a família encontra-se em Risco Alto com pontuação maior ou igual a quatro pontos. Foram pontuados os seguintes itens: chefe da família analfabeto; compreensão das situações de risco e condições que levaram ao acolhimento dos filhos comprometida; vínculo fragilizado com a unidade de saúde de referência, compreensão reduzida acerca dos cuidados básicos com as crianças e adolescentes acerca da proteção integral e responsabilidade familiar; compreensão reduzida do Plano de Intervenção Familiar instituído junto às Casas de Acolhimento; uso e abuso de álcool e; adultos com transtornos mentais sem acompanhamento pelo serviço especializado.

De modo geral, observou-se que, mesmo em face das tentativas de avanços, a circunstância vivenciada por esta família era de vulnerabilidade biopsicossocial. No decorrer da visita domiciliar a mãe apresentou em suas narrativas o desejo de ter os filhos em casa, além de demonstrar o entendimento que o fato de ter organizado o ambiente seria o suficiente para a reintegração dos filhos. Em sua narrativa a mãe traz à luz a compreensão insuficiente acerca dos motivos reais que levaram ao acolhimento institucional dos filhos, reforçando a importância do acompanhamento familiar sustentado na caracterização biopsicossocial detalhada da família e na devida identificação de suas potencialidades e dificuldades cotidianas no que refere ao seguimento das diretrizes estabelecidas pelas casas de acolhimento e rede de proteção psicossocial.

Assim, para que isto ocorra, faz-se necessária a presença de profissionais capacitados, responsáveis por orientar como este processo poderá evoluir (FRANCO et al, 2021). Associado à presença de profissionais capacitados neste processo, pode ser acrescentada a importância do conhecimento por parte da equipe sobre o Letramento Funcional em Saúde (LFS) que cada indivíduo da família acompanhada apresenta. O LFS está associado à compreensão, avaliação e aplicabilidade da informação de saúde e como este conjunto faz com que haja melhora na qualidade de vida. Ademais, também pontua sobre a associação de questões socioeconômicas e de escolaridade, diretamente relacionadas a este aspecto (LIMA, 2022).

No decorrer da visita ficou evidente a dificuldade apresentada pela mãe no tocante à compreensão dos reais motivos da institucionalização, dos processos que envolvem a rede de proteção integral à criança e ao adolescente e, das pactuações e diretrizes

estabelecidas pelo Juizado da Infância e Juventude. Ao levar isto em consideração, entende-se que disponibilizar a informação de forma que o ouvinte a receba e a compreenda inclui-se nas ações básicas de cidadania e direito da população. Esta capacidade de possibilitar aos integrantes da família os recursos e serviços aos quais têm direito permite sua movimentação para que a garantia dos mesmos seja efetuada (CAVALCANTI, 2018).

Diante disso, a ação desempenhada pela equipe com a Família Tulipa foi desenvolvida por meio do diálogo, explicação detalhada da institucionalização como medida protetiva, reforço do papel da família na proteção dos filhos e, orientações detalhadas para o cumprimento da medida de conduta familiar indicada pelo juizado que tratava da participação do casal das atividades desenvolvidas pelos Alcoólicos Anônimos (AA). Além de explicar os princípios do AA, a equipe localizou por meio do *google maps* a unidade mais próxima da residência da família, o telefone de contato e, por fim, destacou a importância de iniciar e manter a frequência nas reuniões desenvolvidas por este grupo. Como medidas de acompanhamento da família foram estabelecidos contatos posteriores para certificação do ingresso no AA sendo este confirmado pela família.

- **Família II – Família Girassol**

A segunda família é a Família Girassol. A família Girassol tem em sua estrutura uma criança de dois anos que está sob a guarda de membros de sua família extensa, sendo o “pai” representado por um tio materno e a “mãe” é a sua esposa. Estes possuem a guarda provisória da criança por ainda não ter finalizado o processo de guarda definitiva. Vale ressaltar que o conceito de família vem sendo ampliado, passando por várias modificações, devido aos inúmeros formatos de composições existentes. Segundo o ECA, a família extensa ou ampliada se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, sendo formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade (BRASIL, 2009).

A bebê nasceu de parto prematuro (37 semanas) e logo após a alta hospitalar foi institucionalizada, uma vez que sua mãe biológica naquele momento estava em situação de rua e em situação de uso/abuso de crack e outras drogas. A bebê permaneceu na Casa de Acolhimento até os quatro meses de vida, período este que foi necessário para a aproximação e preparo dos tios para o recebê-la em casa. Após ser integrada na família, a bebê passou a ser acompanhada pelo ACONCHEGO com a finalidade de prepará-la para o cuidado com a criança favorecendo o seu pleno desenvolvimento. A vigilância do desenvolvimento é um processo contínuo de acompanhamento das atividades relacionadas à promoção do potencial de desenvolvimento da criança e à detecção de problemas. Profissionais de saúde, pais, e outros devem estar envolvidos nesse acompanhamento.

No decorrer do acompanhamento da criança a equipe do Programa ACONCHEGO fundamentava suas ações na interação da mãe/cuidador com a criança (vínculo), por ser esta relação um importante fator de proteção para o desenvolvimento humano e, na avaliação minuciosa do crescimento e desenvolvimento da criança sustentada na consulta de enfermagem. No processo de acompanhamento observou-se que a bebê apresentava atrasos no desenvolvimento relacionados com capacidade de mudar de posição ativamente (rolar) e de acompanhar sons. Diante dos atrasos houve o encaminhamento da bebê para acompanhamento no Programa de Intervenção Precoce Avançada (PIPA). Neste serviço outros atrasos foram observados ao longo do tempo, a exemplo da fala, no entanto a bebê recebeu intervenção multiprofissional imediata.

Outra intervenção realizada pela equipe à família foi a orientação quanto a convivência dos pais com a criança, pois o ECA afirma que toda criança tem o direito de convívio com os pais (BRASIL, 2009), e tal direito estava em risco devido seus pais terem uma longa jornada de trabalho. Outro ponto observado foi a superproteção que os pais adotivos tinham com a criança por medo de ter a guarda provisória retirada. Isso os levava a deixá-la no mesmo quarto do casal, tirando a privacidade do mesmo.

Por meio do diálogo foram estabelecidas trocas de informações e foram pactuadas ações para otimizar o tempo de contato dos pais com a bebê com o intento de transformá-lo em tempo de qualidade e produção de vínculo, afeto e aprendizado para ambas as partes. Quanto ao quarto da bebê foram estabelecidas orientações para a retirada da criança do quarto dos pais e de estratégias para a observação à distância pelos pais como medida para lidar com a insegurança em deixá-la em outro ambiente. De forma contínua foram estabelecidos novos contatos com a família como medida de fortalecimento da mesma para o desempenho de sua função na garantia do desenvolvimento saudável e pleno da criança.

- **Família III – Família Flor-de-Maio**

A terceira e última família chamada de Família Flor-de-Maio caracteriza-se como uma família recomposta por ser formada de padrasto, mãe, um filho e uma filha adolescente provenientes de um casamento anterior. Nesta família, os adultos possuem ensino fundamental incompleto, renda de um a dois salários-mínimos e praticam pouca atividade de lazer. A adolescente e seu irmão tiveram uma infância distante da figura materna, uma vez que a guarda esteve com o pai dos dois aos doze anos de vida.

Diante de diversas situações de violação de direitos e proteção no contexto familiar paterno, os dois adolescentes foram encaminhados para os cuidados da mãe. No entanto, esse processo inicial não foi fácil. Diversos foram os desafios considerando o pouco ou nenhum vínculo entre eles e a mãe, o crescimento em um ambiente anterior com poucas ou nenhuma regra de convivência social, dentre outros fatores. Neste contexto, a

dificuldade de ambientação favoreceu a ocorrência da busca pelo próprio adolescente pela institucionalização com a alegação de que estaria sendo mal-cuidado em seu ambiente familiar.

Uma vez institucionalizado, houve por consequência a institucionalização também da irmã adolescente. Nesse ínterim, a família Flor-de-Maio foi inserida no rol de famílias acompanhadas pelo Programa ACONCHEGO. No decorrer das visitas, observou-se que a mãe se mostrava com dificuldade importante de compreender a adolescência e os motivos relacionados às atitudes dos adolescentes. Em uma das narrativas expostas pela mãe da família, foi possível observar sua incerteza quanto à adolescência ao indagar *“Porque ele é tão nervoso o tempo todo, você acha que é normal nessa idade?”*

Diante das dúvidas e questionamentos feitos pela mãe, a equipe do Programa ACONCHEGO desenvolveu um folder com o tema *“O que é ser adolescente?”* com uma escrita e linguagem acessível para o entendimento de toda família e dessa forma contribuir para o desenvolvimento e a evolução dessa família.

Figura 1 - Folder: “O que é ser adolescente?”



Fonte: Acervo do Programa ACONCHEGO.

Figura 2 - Interior do Folder: “O que é ser adolescente?”

Fonte: Acervo do Programa ACONCHEGO.

O folder foi apresentado e discutido com a família. Há no material a descrição das mudanças que acontecem na fase da adolescência, sendo elas as mudanças corporais, as mudanças psicossociais principalmente relacionadas ao desenvolvimento da autonomia. Segundo Carvalho (2020) em seu estudo com o objetivo de descrever os aspectos psicossociais na adolescência, a autonomia se destaca como perspectiva de bem-estar psicológico e de desenvolvimento que os adolescentes do estudo têm maior dificuldade de lidar, dessa forma, ela precisa ser trabalhada com o adolescente principalmente por meio da família, utilizando bens como a renegociação de papéis e regras.

As mudanças sociais podem ser evidenciadas principalmente pelas novas responsabilidades e papéis, tornando o adolescente um novo ser social. Em um estudo voltado para ações educativas com adolescentes feitas por um enfermeiro, enfatiza como essa mudança social é conturbada para o adolescente, principalmente na formação profissional e como a ausência de uma rede de apoio prejudicam na sua escolha (NIETSCHKE, 2020). Além disso, a formação da identidade é um dos principais acontecimentos da adolescência, dessa forma o indivíduo se encontra em constante busca de uma nova configuração de ser, de se reconhecer e de ser reconhecido, com tudo isso é essencial o apoio familiar e profissional nessa fase (FRANCO, 2022). Por fim, o folder finaliza concluindo como é essencial o apoio dos pais nessa fase da vida dos seus filhos, principalmente no fortalecimento do vínculo e na estimulação da autonomia, principalmente em famílias que têm ou já tiveram filhos institucionalizados, que na maioria das vezes sofre um afastamento social, mediante situações de intensa fragilidade de vínculos familiares (MACIEL, 2021).

CONCLUSÃO

No cotidiano do ACONCHEGO torna-se evidente a importância de (re)conhecer e compreender o contexto de inserção de cada família, sua dinâmica de funcionamento e o quanto estão ou não naturalizados processos de violação de direitos no ambiente familiar. Entende-se que crianças e adolescentes são indivíduos em condições peculiares de desenvolvimento e, portanto, devem ser protegidos e tutelados por suas famílias. As visitas domiciliares possibilitam aos membros do programa ACONCHEGO as demandas que cada família apresenta em sua singularidade e reforçam a relevância da atuação da equipe dentro destes diferentes cotidianos.

Dessa forma, mediante as visitas domiciliares realizadas e o acompanhamento frequente das famílias de crianças e adolescentes institucionalizados é possível identificar temas geradores para a realização de ações educativas no contexto familiar. As ações são planejadas e desenvolvidas a partir da criação do vínculo entre a equipe e a família, favorecendo assim a (re)adaptação da família para posteriormente, receber a criança ou o adolescente novamente.

Por fim, juntamente com os referenciais teóricos adotados e uma equipe capacitada, o Programa de extensão ACONCHEGO, fortalece o conceito de acompanhamento familiar, oferecendo assistência de forma integral e humanizada para as famílias de crianças e adolescentes institucionalizados, visando o bem-estar biopsicossocial e reintegração do relacionamento familiar, direcionando assim a família no desempenho de suas funções junto ao desenvolvimento das crianças e adolescentes.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio financeiro da Universidade Federal de São João Del Rei – Pró-reitoria de Extensão (PROEX) por meio do EDITAL N° 006/2021/UFSJ/PIBEX.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, R.M.L.; *et al.* Tempo de acolhimento e características dos adolescentes acolhidos por tipo de serviços institucionais: Recife, Brasil, 2009-2013. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 553-562, fev. 2019.

ANDRADE, A.M.; *et al.* Visita domiciliar: validação de um instrumento para registro e acompanhamento dos indivíduos e das famílias. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v.23, n.1, p.165-175. Mar. 2014.

BERNARDI, D.C.F. Levantamento nacional sobre os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em tempos de covid-19: [livro eletrônico]: apresentação dos resultados: volume 1 / Dayse Cesar Franco Bernardi. – 1. ed. – São Paulo: **NECA: Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária e Fice**. Brasil, 2020.

BRASIL. **Lei nº 8069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente (ECA). Diário Oficial da União. Brasília, DF. Palácio do Planalto. 1990.

BRASIL. **Lei federal nº 12.010**. Dispõe sobre adoção e altera o Estatuto da Criança e do Adolescente. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, 2009.

BRASIL. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. **Dados estatísticos de Acolhimento institucional**. 2023. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/> Acesso em 15 mar. 2023.

CAMILO, L.A.; *et al.* Violência familiar contra criança: abordagem de enfermagem através do genograma e ecomapa. **Revista Cuidado é Fundamental**, Rio de Janeiro, v.13, p.1554-1560, 2021.

CAVALCANTE, S.R. Acompanhamento familiar: uma análise da proteção social básica do município de Resende. 2018. **Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro**, Departamento de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2018.

CARVALHO, N.A.D.; VEIGA, F.H. Bem-estar psicológico e recursos de desenvolvimento: caracterização em alunos adolescentes. v. 14 n. 2 (2020): **Revista Psicologia em Pesquisa**, 2020.

CECILIO, H.P.M.; SANTOS, K.S. dos; MARCON, S.S. Modelo Calgary de avaliação da família: experiência em um projeto de extensão. **Cogitare Enferm.** 2014. Jul/Set; 19(3):536-44.

COSTA, C.C. *et al.* Perfil biopsicossocial de crianças e adolescentes institucionalizados. **Rev. Eletrônica Acervo Saúde**, v. 11, n. 17, p. 1-7, out. 2019. Disponível em <<https://doi.org/10.25248/reas.e1671.2019>>.

DALSOTTO, M.P.B. Uma história da presença de Paulo Freire e dos círculos de cultura no Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, MG, v. 18, n. 2, p. 26–42, 2019.

FARIA, N.C.; CALAIS, L.B. de. Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes: re(in)flexões sobre o trabalho com as famílias. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 202-220, 2022.

FRANCO, E.C.D.; CARDOSO, O.A. ECA: proteção integral à criança e ao adolescente. In: FRANCO, E.C.D.; SILVEIRA, E.A.A. da. **Programa ACOLHER e a**

proteção integral de crianças e adolescentes: trajetórias percorridas. Cap. 1, p.19-30, 2021.

FRANCO, E. C. D.; *et al.* Fortalecendo memórias afetivas de adolescentes institucionalizados: relato de experiência de oficina de fotografias. **Extensão em Foco**, [S.l.], n. 26, jan. 2022. ISSN 2358-7180. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/79039>>. Acesso em: 10 abr. 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/ef.v0i26.79039>.

FRANCO, E. C. D.; SILVEIRA, E. A. A. da. **Programa acolher e a proteção integral de crianças e adolescentes:** trajetórias percorridas coleção: proteção social, educação e cuidado. Curitiba: Editora CRV, 2021.

LIMA, R.I.M.; *et al.* Letramento funcional em saúde de usuários da Atenção Primária de Altamira, Pará. **Revista Brasileira de Medicina, Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v.17, p.1-12, 2022.

MACIEL, M.I. de S.; MACHADO, M. de C. O adolescente e sua perspectiva de futuro em uma unidade de acolhimento de proteção. **Revista Prâksis**, [S. l.], v. 1, p. 22–38, 2021.

MAHMUD, I.C.; *et al.*, A multidisciplinaridade na visita domiciliar a idosos: o olhar da Enfermagem, Medicina e Psicologia. **Pajar - Pan American Journal Of Aging Research**, [s.l.], v. 6, n. 2, p.01-72, 21 dez. 2018.

MUSSI, R.F. de F.; FLORES, F.F.; ALMEIDA, C.B. de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práx. Educ.**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, out. 2021 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792021000500060&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 set. 2023. Epub 25-Nov-2021. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>.

NIETSCHE, E.A.; *et al.* Trabalho do enfermeiro com adolescentes nas estratégias saúde da família: desenvolvimento de ações educativas. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, [S. l.], v. 93, n. 31, p. e–020046, 2020.

PATIAS, N.D.; SIQUEIRA, A.C.; DELL'AGLIO, D.D. Imagens sociais de crianças e adolescentes institucionalizados e suas famílias. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, n. Psicol. Soc., 2017 29, p. e131636, 2017.

ROCHA, C.L.F.; AMARAL, R.B.; FARIA, S. L. de. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: o entrelace das legislações In: FRANCO, E.C.D.; SILVEIRA, E.A.A. da. **Programa ACOLHER e a proteção integral de crianças e adolescentes:** trajetórias percorridas. Cap. 1, p.19-30, 2021.

RODRIGUES, L.; HENNIGEN, I.; CRUZ, L.R. Da família ao acolhimento institucional: em cena (mais uma vez), a velha culpa familiar (2013). In: CRUZ, L.R. da, RODRIGUES, L., & GUARESCHI, N.M. de F.. (Orgs.). **Interlocuções entre a Psicologia e a política nacional de assistência social**. Edunisc, Santa Cruz do Sul, 2013, 200-209.

SILVA, A. J. N. da; COSTA, R. R. da; NASCIMENTO, A. M. R. As Implicações dos contextos de Vulnerabilidade Social no Desenvolvimento Infantojuvenil: da Família à Assistência Social. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 1–17, 2019. Disponível em: http://periodicos.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e2799. Acesso em: 19 set. 2023.

SILVEIRA, A. da; ALVES, B. T. G.; ELAUTERIO, M. P.; SILVA, F. O.; COSTA, Y. S.; DE SOUZA, N. S. de. Participação e ausência familiar: implicações para o desenvolvimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais. **Revista Contexto & Saúde**, [S. l.], v. 20, n. 38, p. 185–190, 2020. DOI: 10.21527/2176-7114.2020.38.185-190. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/10006>. Acesso em: 19 set. 2023.

SOARES, S. J. PESQUISA CIENTÍFICA: UMA ABORDAGEM SOBRE O MÉTODO QUALITATIVO. **Revista Ciranda**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 1–13, 2020.

VALIN, T.A.F.; ROCHA, V.G.M. Avaliação de uma intervenção analítico-comportamental para meninas em acolhimento institucional. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, 24, 1–16, 2022.

WRIGHT, L.M.; LAEHEY, M. Enfermeiras e famílias: guia para avaliação e intervenção na família. 5 ed. São Paulo: **Roca**, 2015.

ZAPP, J. G.; YUNES, M. A. M.; DELL'AGLIO, D. D. Imagens Sociais de Famílias com Crianças e Adolescentes: Impacto do Status Socioeconômico e da Institucionalização. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 83-98, jul. 2016.

Recebido em: 23 de maio de 2023

Aceito em: 24 de outubro de 2023